

ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

Para os antigos – os “primitivos” – a natureza resultara de um ato criativo molar em que, um poder divino decidira, de pronto, a diversidade do real. Todos os objetos da realidade – animal, planta ou ser inanimado – seriam o resultado desta decisão divina, nenhuma relação guardando entre si, reproduzindo-se segundo um processo xerográfico, indefinidamente. Durante milênios e milênios, foi assim que a humanidade pensou: cada objeto, se não era uma originalidade original, era, simplesmente, uma cópia idêntica de um objeto. Para esta maneira de pensar, um arquivo, no máximo, seria cópia de algo que ficou para traz: *é uma memória*, apenas. Enquanto o museu guardaria os objetos originais que perderam sua pluralidade, o arquivo guardaria senão cópias autênticas de objetos, atos e situações, pelo menos, os índices destes fatos. Esta maneira de pensar. . . faz muito tempo foi arquivada (para usarmos a palavra arquivo em seu sentido popular) isto é, saiu de circulação. Hoje, sabemos que (foi Darwin quem nos ensinou isto) tudo que existe provém de um estado anterior (não há gênese sem estrutura) e tudo que existe está relacionado com tudo o mais (foram os estruturalistas que, descobriram isto que já saltava aos olhos de todos). Jean Piaget, numa magnífica síntese que se tornou um programa de interpretação global da realidade, colocou estas doutrinas numa fórmula única: *NÃO HÁ GÊNESE SEM ESTRUTURA, NEM ESTRUTURA SEM GÊNESE*. Como tudo que tem vida é biológico (mesmo os fatos sociais e culturais), esta fórmula (que explica o fenômeno vital) serve também para meditar-se sobre as formas simbólicas da vida (a vida em estado virtual). Um documento qualquer não é, apenas, um fato original ou uma cópia dele: é um elo de uma cadeia sincrônica e de outra diacrônica (faz parte de uma estrutura e é um momento da gênese). Os naturalistas quando procuraram estabelecer as relações que os seres vivos mantêm entre si, atentaram, a princípio, exclusivamente, para suas formas anatômicas atuais. Só muito depois, lebraram-se de observar os animais em seu período embriológico: surpreendidos, verificaram que espécies que, aparentemente, nada tinham entre si, já tinham sido, ao longo da filogênese, parentes próximos, o que ficara escrito em seu processo embriológico. Um documento, pois, funciona, do ponto de vista cultural, como um fóssil (se não quisermos compará-lo com um momento interrompido da embriologia). Nele se deve procurar não só uma seqüência (diacronia), como uma estrutura (sincronia). A vida de um povo é uma *estruturacão*: os elementos dispersos de um aglomerado, aos poucos, vão se entrosando até alcançar a textura de um organismo vivo. É por isto que, com relação aos povos jovens como o nosso, pergunta-se sempre em que momento nos transformamos em *nação*, isto é, o momento em que a brasilidade pode ser considerada como estruturada. Resultado de fragmentos de mil etnias (um cientista patricio chama esta fusão

de “caldeirão cultural”), o povo brasileiro demorou a se constituir em estrutura nacional, com “alma” própria, com características definidas, com um passado que possa ser estudado para a determinação do futuro. Sem esta estruturação do aglomerado de indivíduos de procedência diversa não se pode falar em nação e dele não se pode ainda contar a *história* (a história é um processo genético e só os organismos têm gênese). O desinteresse que sempre tivemos por nossos arquivos revela, apenas, que não tínhamos até bem pouco uma *alma coletiva*: é difícil ter-se interesse global por objetivo de origem aleatória. Dificilmente, encontram-se colecionadores de objetos que não mantenham relações entre si. . . Pode-se dizer que foi Rui Barbosa que — com um ato bárbaro — iniciou nossa arquivologia mandando incendiar os arquivos de nossa longa e negra escravidão: com o ato vandálico mostrou que acreditava em história e pensou que com uma catástrofe apagaria o passado. . . Se a carta de Pero Vaz liga nossas origens a Portugal Navegador e Descobridor de terras ignotas, o ato de Rui reconhece que já iniciáramos nossa própria história. Nós, então, já adquiriríamos a estrutura e — como diz J. Piaget — não há estrutura (viva) sem gênese, isto é, sem diacronia, sem transformação, sem história, sem evolução. Como o passado morre em cada transformação que surge, só temos um elemento de ligação com o passado: a embriologia. O documento, pois, é um corte embriológico congelado através do qual se pode reestabelecer as seqüências da evolução e as relações existentes em cada momento da embriologia. Mas, que interesse tem esta reconstituição? Para muitos, a história tem apenas um sentido pitoresco. Para o embriologista, contudo, a história é um recuo para melhor compreender o presente e profetizar sobre o futuro. Como dizem os modernos arquivologistas, o arquivo é a infra-estrutura do planejamento (e planejamento é, apenas, uma forma de aceleração racionalizada da evolução). O que se busca no arquivo é, pois, o futuro, na medida em que toda evolução tem uma homeose, ou, como diz T. Chardin, um eixo ortogonal. Costuma-se dizer, por exemplo, que o brasileiro é um *homem cordial*, que nossa escravidão foi pacífica e que nossa independência, um ato poético de um príncipe estrangeiro: os historiadores estão, agora, encontrando nos arquivos graves desmentidos desta história de “flor de laranjeira”: nossa longa noite colonial de 400 anos foi povoada dos fogos de artifícios das revoltas nacionalistas, nossa escravidão foi sangrenta no combate aos quilombos, nossa independência foi sofrida pelos brasileiros que a tornaram possível. . . Isto tudo, nos leva a crer que as soluções futuras podem não ser tão pacíficas como todos nós desejaríamos que fossem. O interesse pelo passado revela a convicção de que somos o resultado de um processo embriológico, revela, portanto, que buscamos *nossa própria identidade*: é por isto que só agora começamos a nos interessar por arquivos (em geral, a busca de nossas origens genéticas só ocorre depois da idade madura). Não sei o motivo que levou a ilustre presidente deste conclave a me honrar com o convite para dele participar, eu que sou, fundamentalmente, um homem do presente. Provavelmente, não queria que aqui só estivessem presentes os especialistas. Nada mais insosso que uma reunião de especialistas, principalmente, quando a especialidade é um *know-how*. Na maioria dos congressos de especialistas, as ocorrências são de

tal natureza que podiam ser substituídas por um curso dado por quem estivesse mais bem informado. Nada se discute: apenas, informa-se e os congressos não foram feitos para dar informações, mas para se discutir e estabelecer políticas de ação (o que já vem nos livros e nos filmes não precisa aparecer nos congressos, sob pena de não se saber se o congresso é um congresso ou um curso de atualização). Assim, pois, imaginei que a presidente deste conclave queria que se discutissem neste encontro coisas que já não estão codificadas nas enciclopédias e nos manuais especializados. Ora, a primeira coisa que se procura definir nos fatos é sua natureza, assim comecei tentando estabelecer o que seja um arquivo, isto mesmo sem nada entender, especialmente, do tema. Daí ter pensado que meu tema era o arquivo e a cultura, um tema tão vasto que até um não-especialista podia dele tratar. Nada de especializado, pois, podem os congressistas esperar de mim. Que posso, pois, trazer que não seja um lugar comum? Volto ao tema predileto de minhas reflexões, trazendo-as para a área dos interesses que estão em pauta nesta reunião. A vida gira em torno de duas variáveis: a manutenção do “status” que, a manutenção da vida, a sobrevivência do organismo tal qual é, e a evolução, a gênese, o desenvolvimento, o progresso. A vida é isto: *ordem e progresso*. Mas, o progresso é sempre uma violação e para os fracos de espírito o progresso é sempre uma ameaça de catástrofe. Assim, os medíocres pensam mais em ordem que em progresso, evolução, mudança, desenvolvimento. A doença congênita da ordem é a burocracia (a burocracia é um mecanismo de evitar que as coisas mudem). Na linguagem, a burocracia chama-se GRAMÁTICA. A maioria dos medíocres são, pois, gramaticais: são eles que inventaram a expressão ERRO e PECADO: erro e pecado são, simplesmente, a presença do diferente (e não há mudança e evolução sem o diferente: evoluir é, precisamente, diferenciar-se). A burocracia é o reino do “infelizmente não pode porque o regulamento não permite”: o burocrata é o vigilante do que está estabelecido. No dia em que um burocrata resolver um problema sem apelar para um regulamento. . . terá havido uma catástrofe na maneira de pensar dos medíocres (ele terá deixado de ser medíocre). Ora, vimos que os arquivos têm interesse na medida em que servem para interpretar o presente e prognosticar o futuro. Assim, se os arquivos não servem para isto, o arquivo, finalmente, tornou-se um organismo morto. . . Sei de bibliotecas (os arquivistas são parentes próximos dos bibliotecários) que só funcionam nas horas em que os leitores estão ocupados e para quem os livros são objetos raros que não devem ser postos sem muita precaução nas mãos dos leitores. Para estes bibliotecários a biblioteca ensandeceu: começou a valer por si mesma: não é mais um meio para se atingir um fim. A biblioteca se burocratizou. . . Ora, se algo posso trazer à discussão deste encontro é um pedido: não deixar que os arquivos comecem a valer por si mesmos e não em função dos serviços que podem prestar. Não deixar que um meio se transforme em fim. Compreender que *o arquivo deve servir ao progresso*. Sempre dizemos aos bibliotecários que sua função é agressiva: não esperar que o leitor venha em busca do livro: levar o livro ao leitor. Não sei se a mesma fórmula serve para os arquivistas. Queixam-se os pesquisadores brasileiros de que todos os obstáculos são interpostos a seu trabalho de pesquisa nos

arquivos (enquanto criam-se facilidades aos pesquisadores estrangeiros a ponto de a História do Brasil ter passado, recentemente, a ser escrita fora do país). Não sei se é verdade. O fato é que o arquivista deveria sentir que sua função é fazer o documento chegar onde está sendo necessário e até, agressivamente, denunciar as soluções e interpretações que contrariam os fatos arquivados. Hoje nas escolas já se começa a treinar as crianças no uso de documentos (já há histórias do Brasil que trazem o *fac-smile* da carta de Pero Vaz), mas nada disto adiantaria se o arquivo continuar a ser um reino de além-túmulo em que as almas se comprazem com o passado. É muito fácil ser gramatical e seguir os regulamentos (é a arte suprema da mediocridade). O difícil é adaptar o regulamento às circunstâncias para que o fluir da vida não cesse. Poder-se-ia dizer que a arte suprema do burocrata deveria ser *saber violar o regulamento* e jamais dizer *não pode* (deixar fazer o que pode qualquer um pode fazer). Para mim, os serviços não tem objetivos em si mesmo: um serviço é para servir e sempre que não serve deixa de existir como entidade útil. Isto é, analiso os fatos sempre em vista de uma pedagogia (a pedagogia é a arte de por as coisas a serviço de seus fins). Assim, gostaria que esta reunião decidisse coisas como estas: jamais um pesquisador sairá de meu arquivo frustrado por não ter conseguido e que desejava em vista de razões burocráticas. . .

PERGUNTAS AO PESQUISADOR LAURO DE OLIVEIRA LIMA

1) *Caetano Dias*: Por que o Humanismo sempre se apresenta timidamente diante da Tecnocracia?

R – Há um livro que eu quero muito bem do Arthur Koestler chamado “O Ioga e o Comissário”. “O Comissário é a gramática e o Ioga a poesia”. Então sempre é mais fácil fazer gramática do que poesia. A gramática geralmente é feita a partir de um poema por alguém que não sabia ser poeta. Provavelmente Camões não tinha gramática; depois que ele escreveu “Os Lusíadas”, alguém analisou “Os Lusíadas” e fez a gramática. A tecnologia é a gramática e o humanismo é o poema.